



Atos de tradução, ou quando traduzir é fazer *Translation acts, or how to do things with translations*

Lenita ESTEVES
(Universidade de São Paulo – USP)

RESUMO

*Este trabalho analisa o ato de tradução à luz da Teoria dos Atos de Fala, como proposta por John Langshaw Austin em *How to do things with words*, argumentando que o modo como Austin constrói sua teoria, de uma forma não linear, é adequado para uma teorização sobre a tradução. O trabalho também propõe que se considere o ato de tradução como uma entidade “êmica”, ou seja, irredutivelmente cultural. Essa proposta se inspira, por sua vez, na afirmação de Kanavillil Rajagopalan em relação aos atos ilocucionários. Para esse autor, os atos ilocucionários são “unidades de análise indissoluvelmente culturais, compreensíveis tão-somente enquanto fatos institucionais, específicos de cada comunidade de fala” (1992a: 120).*

Palavras-chave: *Tradução como ação; entidades êmicas; J. L. Austin; Kanavillil Rajagopalan.*

ABSTRACT

*This paper analyses the act of translation in the light of the Theory of Speech Acts as proposed by John Langshaw Austin in *How to do things with words*, arguing that the way Austin develops his theory, in a non-linear fashion, is adequate for a theorization of translation acts. The paper also proposes that translation acts should be considered as “emic” entities, that is, irreducibly cultural entities. This proposal is in turn inspired by Kanavillil Rajagopalan’s statement about illocutionary acts: For this author, illocutionary acts are “inextricably cultural unities of analysis, which can only be understood as institutional facts specific to each speech community (1992a: 120).*

Key-words: *Translation as action; emic entities; J. L. Austin; Kanavillil Rajagopalan.*

Apresentação

Neste trabalho, proponho a teoria dos atos de fala de J. L. Austin (1975) como um modelo de análise das questões éticas suscitadas pela teoria e pela prática da tradução. Como pretendo demonstrar, se seguirmos o modo como Austin estrutura sua argumentação, é possível discutir questões éticas no campo da tradução, embora essas discussões tendam, em sua maioria, a soluções parciais e temporárias e a conclusões abertas.

A construção retórica de *How to do things with words* ou, como filosofar com o buril

Uma alusão ao subtítulo de *Crepúsculo dos ídolos – como filosofar com o martelo* – foi o jeito mais sucinto que encontrei para descrever o estilo retórico de Austin em *How to do things with words*. Se Nietzsche expressa suas ideias de forma contundente, com frases bombásticas e enxutas, Austin parece estar o tempo todo aperfeiçoando e burilando as ideias que apresenta. O desenho de sua argumentação poderia ser descrito por linhas sinuosas que nem sempre avançam, ou avançam e retroagem, construindo um padrão de arabesco.

Como veremos a seguir, o estilo de Austin é inseparável de sua prática de filosofar. Os meandros de seu estilo acompanham *pari passu* o desenvolvimento de seu pensamento filosófico. As argumentações não se apresentam em linha reta porque os raciocínios e conclusões seguem caminhos tortuosos, sem facilitações.

Uma breve apresentação, voltada para o que aqui nos concerne

Ressaltarei a seguir os pontos da obra de Austin que estão mais diretamente relacionados com este trabalho, por considerar que a tentativa de construir aqui um *quadro geral* sobre Austin e sua filosofia estaria fadada ao fracasso. Filósofo *sui generis*, Austin e sua obra têm particularidades e sutilezas que, até hoje, dão muito trabalho a outros filósofos. E até mesmo a sua biografia ajuda na construção desse personagem complexo. Austin morreu prematuramente em 1960, e *How to do things with words* foi publicado depois de sua morte. Além disso, o texto, como se apresenta ao leitor do livro, tem um marcado tom de *fala*. Na verdade, o livro é um registro de 12 palestras proferidas por Austin na Universidade de Harvard, em 1955. A partir das notas do próprio Austin e também das anotações feitas pelos que assistiram às palestras, J. O. Urmson e, na segunda edição, Urmson juntamente com Marina Sbisà organizaram o que se nos apresenta como *How to do things with words*.

Muitos aspectos desse livro merecem ser ressaltados, entre eles o incorrigível humor de Austin,¹ que não combina com o tom de um texto filosófico, principalmente se considerarmos que ele mesmo afirma ao longo de sua argumentação que está excluindo deliberadamente da discussão enunciados *parasitários* – piadas e encenações por atores, que não são considerados enunciados sérios (Austin, 1975: 22; 104-105). Isso sem falar em suas inúmeras alusões a obras literárias ou a encenações teatrais ao longo do texto (Austin, 1975: 27, 34, 38,

1. Douglas Robinson fala ironicamente em “mau-comportamento filosófico de um tipo muito sério”, mas reflete que “Austin nasceu para uma vida de crimes” (Robinson, 2003:26); Shoshana Felman fala em “disposição festiva” e afirma que “Austin está constantemente se divertindo” (Felman 1983: 102 *apud* Robinson, 2003: 27); Rajagopalan fala em “estilo faceto e descontraído” (1992b: 291).

74, 77, 90, 104, 111). Grandes autores já trataram dessas supostas contradições com a delicadeza e a precisão que elas merecem (Cf.: Rajagopalan, 1992a, 2000a, 2000b; Derrida, 1986; Felman, 2003; Robinson, 2003). Limito-me à discussão dos pontos eleitos para a argumentação deste trabalho, embora o humor e as referências literárias (material “excluído”) com certeza possam aparecer, de passagem, também em minha discussão.

A história editorial de *How to do things with words* provavelmente contribuiu para um movimento que tem sido destacado por vários estudiosos dos Atos de Fala e que poderia ser descrito como uma tentativa de homogeneização ou normalização da teoria de Austin, notadamente por seu mais ilustre seguidor, John Searle. Segundo Rajagopalan, “uma das primeiras perdas sofridas pela teoria dos atos de fala nas mãos de Searle foi o caráter de ação dos atos de fala” (2000a: 366).² Paralelamente, Douglas Robinson (2003: 25; 95) aponta Émile Benveniste e Jerrold Katz como linguistas que, ao tentarem “salvar” a distinção entre atos performativos e constativos, “purificam os enunciados” das contingências do mundo real.³

Rajagopalan analisa com detalhes certa (con) fusão produzida entre o pensamento de Austin e o de seu autoproclamado seguidor, John Searle, num desenvolvimento diferente daquele que se espera tipicamente encontrar entre mentor e discípulo:

Uma questão importante que devemos colocar neste ponto é: qual é exatamente a natureza da ligação entre o mentor e o discípulo? O que a torna tão flagrantemente diferente de outros casos famosos de relações mestre-discípulo dos quais a filosofia ocidental tem muitos exemplos bem conhecidos? Assim, embora saibamos que a obra de Platão, pelo menos em seus primeiros estágios, foi fortemente influenciada por Sócrates, nós, com efeito, falamos da filosofia de Platão sem mencionar

2. One of the first casualties that the theory of speech acts suffered at the hands of Searle was the action character of speech acts. (Tradução minha).

3. As impurezas às quais Austin sucumbiu, o que podemos chamar de a invasão do ideal pelo real, para Benveniste são ‘resultados’ e para Katz ‘desempenho’ [*performance*]; para ambos os autores, está claro, esses elementos devem ser banidos da equação idealizada antes que ela possa (voltar a) funcionar (Robinson, 2003: 25). [The impurities that Austin succumbed to, what we might call the invasion of the ideal by the real, for Benveniste are ‘results’ and for Katz ‘performance’; for both authors, clearly, these must be banished of the idealized equation before it will work (again)]. (Tradução minha)

imediatamente o nome de seu professor. Da mesma forma, não saímos por aí lembrando o nome de Platão toda vez que nos referimos à obra de seu igualmente ilustre discípulo, Aristóteles. O que é, então, que une os nomes de Austin e Searle como se eles fossem gêmeos siameses da filosofia? (Rajagopalan, 2000a: 352).⁴

No caso de Searle e Austin, o que houve, segundo Rajagopalan, foi um movimento de Searle para aparar as arestas dos indóceis pensamentos de Austin e colocá-los de volta nos trilhos da filosofia analítica. E esse movimento foi muito bem-recebido, na verdade uma “intervenção vinda dos céus que poupou a comunidade filosófica de ter de acomodar um membro ilustre [Austin] que estava ameaçando tornar-se um incômodo” (p. 357).^{5, 6} No campo específico dos Estudos da Tradução, esse movimento também se reflete: nas raras vezes em que o nome de Austin é citado, ele aparece na companhia do nome do discípulo Searle (Bandia, 2008: 39; Hatim & Mason, 1990: 59-62; Hornby, 2006: 37; Tymoczko, 2007: 254); em outras ocasiões, elementos da teoria dos atos de fala são utilizados, mas só se faz referência ao nome de Searle (Tymoczko, 1999: 194). Conseqüentemente, esses estudiosos, ao aplicarem a teoria dos atos de fala à tradução, ficam presos à antiga noção de equivalência, e acabam concluindo que os atos de fala não são radicalmente diferentes em línguas diferentes. Ao tradutor cabe “identificar” qual é a força ilocucionária do enunciado e reproduzi-la na outra língua (Cf.: Robinson, 2003: 41). As notáveis exceções são George Steiner e Douglas Robinson.

4. An important question that we must ask at this stage is: just what is the nature of the link between the mentor and the disciple? What makes it so strikingly different from other famous cases of master-disciple relationship of which Western philosophy has many well-known examples? Thus, although we know that Plato’s work, at least in its initial stages, was heavily influenced by Socrates, we do talk about Plato’s philosophy without mentioning in the same breath the name of the teacher. Likewise, we do not go about recalling Plato’s name every time we refer to the work of his equally illustrious disciple, Aristotle. What is it, then, that binds together the names of Austin and Searle as if they were a pair of philosophical Siamese twins? (Tradução minha).

5. A heavensent intervention that saved the philosophical community from having to put up with an illustrious member who was threatening to become something of an embarrassment. (Tradução minha).

6. Douglas Robinson evidentemente concorda com a visão de Rajagopalan, quando afirma que “John Searle nos ‘salva’ da anarquia potencial do livrinho de Austin em *Speech Acts* [John Searle ‘saves’ us from the potential anarchy of Austin’s little book in *Speech Acts*] (Robinson, 2003: 33). (Tradução minha).

Em seu complexo capítulo sobre a filosofia da linguagem, George Steiner discute longamente a obra de Austin em conjunto com a de vários outros filósofos, mas não faz menção a Searle (Steiner, 1998: 216 *et passim*), talvez pelo fato de as obras de Steiner e Searle serem contemporâneas. Douglas Robinson, em *The translator's turn*, dá destaque a Austin e a sua ideia de que dizer é realizar um ato, e aplica-a ao contexto da tradução (1991: 212). Posteriormente, em *Performative linguistics*, Robinson toma como base de sua argumentação em prol de uma “linguística performativa” a obra de Austin, e discute os movimentos de “aparar arestas” e “arredondar” a retórica do filósofo de Oxford. O trabalho de Robinson será frequentemente mencionado ao longo deste artigo, que se alinha com várias de suas proposições.

Logo na abertura de *Performative linguistics*, Robinson relata sua inquietação a respeito da possibilidade de deslocar a ideia do performativo para que ela se aplique não a *enunciados*, mas a *modos de abordar enunciados* (2003: 4).⁷ Essa é a principal proposta do livro, com a qual, já foi dito, este trabalho se alinha. Nos termos de Robinson, o deslocamento seria feito a partir de uma linguística “interessada em padrões, estruturas e regras estáveis (uma linguística ‘constativa’)” para uma linguística “interessada nos contextos do mundo real, nos relacionamentos entre falantes e escritores e intérpretes reais, especificamente em *como os humanos realizam ações verbais e reagem às ações verbais realizadas por outros*” (2003: 4, *itálicos do autor*).⁸

Embora Robinson seja um franco entusiasta do que chama de *linguística performativa*, ele admite, também logo no início de seu livro, que não se pode abrir mão de uma *linguística constativa*, e com esta última proposição este trabalho também se alinha. As estruturas sintáticas do par linguístico com o qual se trabalha em uma tradução

7. “E se, ocorreu-me então, tomássemos, os termos [*constative e performative*] e os aplicássemos não aos *enunciados*, mas aos modos de abordar os enunciados, às metodologias linguísticas?” [What if, it struck me then, we took the terms to apply not to *utterances*, but to *approaches* to utterances, linguistic methodologies?] (Tradução minha e *itálicos do autor*).

8. *Constative linguists would be those interested in stable (“constatic”) patterns, structures, rules [...]. performative linguists would be those interested in actual language use in real-world contexts, in the relationships between actual speakers and writers and actual interpreters, specifically in how humans perform verbal actions and respond to the verbal actions performed by others.* (Tradução minha)

não podem ser simplesmente descartadas num estudo na área. Na verdade, essas estruturas são a própria matéria-prima de uma reflexão sobre a tradução; se elas forem ignoradas, o resultado será tão “vazio de contexto” quanto as análises feitas dentro de uma abordagem *constativa* que, nos termos de Robinson, considera a língua “um conjunto de propriedades estruturais e das inter-relações entre essas propriedades, que existem objetivamente fora de qualquer cognição humana e uso social e passíveis de descrição por meio de uma metodologia objetivista baseada na lógica formal” (Robinson, 2003: 4).⁹ Sobre as tais “estruturas sintáticas”, objeto de análise da *linguística constativa*, Robinson afirma que:

Essas estruturas sintáticas não são “atos” realizados por falantes das várias línguas; elas são padrões mais ou menos estáveis herdados e utilizados por esses falantes. É razoável supor que um sintaticista constativo terá mais coisas úteis a dizer sobre esse padrão estável do que os linguistas performativos sintonizados com atos situacionalmente contingentes realizados por falantes. [...] E linguistas cognitivos demonstraram que uma concepção de estrutura sintática como produto de atos cognitivos de *estruturação* ou categorização pode ajudar os linguistas a resolver muitos problemas analíticos intrincados deixados para trás por uma concepção não crítica, “estática” ou constativa de estrutura (2003: 4-5, itálicos do autor).¹⁰

O que parece atrair Robinson na obra de Austin é justamente a instabilidade de suas proposições, o seu vaivém retórico, que faz para depois desfazer, propõe para em seguida reformular a proposta, tecendo um padrão que pouco se acomoda à tradição filosófica ocidental;¹¹ um

9. Language as a set of structural properties and the logical interrelations among those properties, existing objectively outside of all human cognition and social use and describable using an objectivist methodology based on formal logic. (Tradução minha).

10. These syntactic structures are not “acts” performed by speakers of the various languages; they are more or less stable patterns inherited by those speakers. It is reasonable to assume that a constative syntactician will have more useful things to say about this stable pattern than performative linguists attuned to situationally contingent acts performed by speakers. [...] And cognitive linguists have shown that a conception of syntactic structure as the product of cognitive acts of *structuring* or categorizing can help linguists solve many knotty analytical problems left by an uncritically “static” or constative conception of structure. (Tradução minha).

11. Nos termos de Robinson: “De fato, lendo Austin, é como se ele só propusesse distinções binárias para corrobô-las – propusesse distinções binárias heurísticamente,

padrão que é, nos termos de Rajagopalan, “desajeitado e incômodo [unwieldy]” (2000: 357). Independentemente do incômodo causado ao *Philosophical Establishment* por esse estilo burilado de Austin, este trabalho abraça a ideia de que uma investigação sobre traduções em vários contextos e épocas muito se pode beneficiar desse estilo “desajeitado” – que aqui não é considerado uma “maquiagem” do pensamento, que poderia enfeitá-lo ou algumas vezes atrapalhá-lo (Cf.: Rajagopalan, 1992a: 294; Felman, 2003: 43, 77 *et passim*; Robinson, 2003: 27) nem reflexo de um pensamento irrequieto, mas sim a única maneira de expressá-lo.

Decorre disso a convicção de que é possível discutir posicionamentos éticos adotados por tradutores e seus possíveis efeitos, mas abrindo mão do desejo de alcançar o objetivo final de estabelecer regras e normas de comportamento. Não resultaria desse tipo de abordagem um código de ética do tradutor; o resultado, se é que assim poderia ser chamado, seria um final aberto, um convite à discussão e à reflexão sobre a prática tradutória.

É interessante que, mesmo antes de desenvolver de forma mais plena sua reflexão sobre os atos de fala, Robinson já a tenha esboçado, em 1991, em um capítulo intitulado “A ética da tradução” (Robinson, 1991: 199 *et passim*), no qual afirma que não pretende “restringir a tradução a um conjunto de regras estipulando o que se deve e o que não se deve fazer” (1991: 201).¹² Embora este artigo simpatize com a proposta de Robinson, segundo a qual o tradutor deve se libertar das “restrições *ideossomaticamente* programadas”¹³ que lhe são impostas, não caberia discutir aqui essa vertente da teorização de Robinson. Este trabalho se alinha com o de Robinson mais no aspecto da abor-

a fim de dar pleno realce a determinados fenômenos linguísticos até aquele momento ignorados, com a principal ideia de, então, oferecer contraexemplos para eles, jogá-los no caldeirão do uso da linguagem ordinária e mexer furiosamente até que a distinção binária se misturasse completamente no mesmo ‘pedaço’ ensopado performativo” [In fact it appears, reading Austin, as if he only set up binaries in the first place so as to erode them – posed binary distinctions heuristically, in order to bring some heretofore ignored linguistic phenomena into bold relief, with the primary idea of then “counterexampl[ing]” them, throwing them into the pot of ordinary language use and stirring furiously until the original binary distinction was all mixed into the same chunky performative stew.] (2003: 95) (Tradução minha).

12. the restriction of translation to a set of do’s and don’ts. (Tradução minha).

13. ...ideosomatically programmed restrictions. (Tradução minha).

dagem da tradução como ela acontece “nos contextos do mundo real, nos relacionamentos entre falantes e escritores e intérpretes reais”. Para tanto, faz-se necessário – ou pelo menos é o que se propõe aqui – adotar uma postura semelhante à de Austin, desenvolvendo uma teorização feita com o buril.

Da filosofia da linguagem ordinária

Pode-se dizer que um dos principais fatores que determinam a postura teórica de Austin é o fato de ele se propor a lidar com uma *filosofia da linguagem ordinária*, que se relaciona diretamente com a ideia de interações no mundo real. John Heil (1999: 635) define a filosofia da linguagem ordinária como um movimento filosófico que defende a ideia de que o significado de conceitos – entre eles os conceitos centrais para a filosofia tradicional – é fixado pela prática linguística. Heil afirma ainda que o movimento foi inspirado por Ludwig Wittgenstein e tem como representantes autores como John Wisdom, Gilbert Ryle, Norman Malcolm e J. L. Austin.

Em sua introdução à tradução francesa de *How to do things with words*, Gilles Lane afirma que, para Austin, a linguagem “ordinária” não é banal, como poderíamos ser levados a crer. Até mesmo as palavras correntes são empregadas de forma muito mais sutil do que consideram os filósofos. E a preciosidade das expressões correntes e comuns da linguagem reside no fato de elas fazerem parte da linguagem ordinária (Lane, 1970: 13). Indicando que a corrente da *filosofia de linguagem ordinária* pode também ser chamada de *filosofia linguística* e *Escola de Oxford*, Danilo Marcondes de Souza Filho (1990: 8) em sua apresentação da tradução brasileira de *How to do things with words*, enfatiza que essa abordagem dá importância primordial ao contexto de uso das expressões e aos elementos constitutivos desse contexto: “a linguagem não deve ser considerada em abstrato, em sua estrutura formal apenas, mas sempre em relação a uma situação em que faz sentido o uso de tal expressão” (Souza Filho, 1991: 10).

De fato, Austin está a todo o momento chamando a atenção para o que há de contingente num enunciado, e para a importância de

levamos em consideração essas contingências. Depois de ter proposto a diferença entre enunciados constativos e performativos – ou seja, por um lado, enunciados que são simples afirmações ou declarações, do tipo *O gato está sobre o capacho* e, por outro lado, enunciados que ao serem pronunciados realizam uma ação, do tipo *Declaro aberta a sessão*, ou *Eu te batizo...* – e já começando a borrar os limites da distinção, Austin fecha a quarta conferência da seguinte forma:

Concluindo, para explicar o que pode dar errado com as declarações, não devemos restringir nossa atenção à proposição em questão, seja ela qual for, como tradicionalmente se tem feito. Devemos considerar de modo global a situação em que se fez o proferimento – isto é, o ato de fala em sua totalidade – para que se possa perceber o paralelismo que há entre a declaração e o proferimento performativo, e como um e outro podem dar errado.

Em casos especiais, a importância do ato de fala total, na totalidade da situação de fala, emerge progressivamente da lógica; e assim podemos ir assimilando o proferimento constativo ao performativo. (Austin, 1990: 56, tradução de Souza Filho).

Na oitava das 12 conferências que compõem *How to do things with words*, tendo problematizado de muitas formas a distinção *constativo/performativo*, Austin propõe outra classificação, que não anula a anterior, mas de certa forma se sobrepõe a ela: os atos de fala se compõem de três dimensões: uma *locucionária* (o proferimento em si), uma *ilocucionária* (o que se realiza ao fazer o proferimento, por exemplo, *advertir* alguém sobre algo) e uma dimensão *perlocucionária* (a consequência do ato realizado em suas dimensões locucionária e ilocucionária, por exemplo, ao *advertir* alguém, posso *convencer* essa pessoa a não tomar determinada atitude). Tendo então estabelecido que as declarações [*statements*] têm também uma dimensão ilocucionária, pois afirmar também é realizar um ato, Austin reafirma essa ideia, já na 11ª conferência, insistindo mais uma vez na necessidade de analisar um ato de fala em seu contexto mais amplo: “Uma vez que percebemos que o que temos que examinar não é a sentença, mas o ato de emitir um proferimento numa situação linguística, não se torna difícil ver que declarar é realizar um ato” (Austin, 1990: 114, tradução de Souza Filho). Adiante, uma vez mais a ideia é reiterada:

No caso de se fazer uma declaração verdadeira ou falsa, tanto quanto no caso de se aconselhar bem ou mal, os fins e propósitos do proferimento, assim como seu contexto, são importantes. O que se julga verdadeiro em um livro escolar pode não ser julgado do mesmo modo numa obra de investigação histórica (Austin, 1990: 118, tradução de Souza Filho).

Nesta última passagem, também podemos verificar a relativização dos conceitos de *verdadeiro* e *falso*, tão caros à tradição filosófica. Como observa Gilles Lane, Austin não considerava possível uma apreensão direta da realidade; para ele, somente pela linguagem seria possível ter alguma percepção da realidade (Lane, 1970: 12). Se a filosofia analítica tradicional é centrada no conceito de valor de verdade (um enunciado tem valor de verdade – é verdadeiro ou falso – se tiver um correspondente no mundo real, um referente: um enunciado sobre um unicórnio, por exemplo, não teria valor de verdade). Quando substitui os atributos *verdadeiro/falso* por *feliz/infeliz*, Austin passa da dimensão da linguagem como representação para a da linguagem como ação. Nas palavras de Danilo Marcondes de Souza Filho, tradutor de *How to do things with words* para o português:

O ponto central da concepção de Austin e sua principal contribuição à filosofia da linguagem parece-me ser a ideia de que a linguagem deve ser tratada essencialmente como uma forma de *ação* e não de *representação* da realidade. O significado de uma sentença não pode ser estabelecido através da análise de seus elementos constituintes, da contribuição do sentido e da referência das partes ao todo da sentença, como quer a tradição inspirada em Frege, Russell e Moore, mas, ao contrário, são as condições de uso da sentença que determinam seu significado. Na verdade, o conceito mesmo de significado se dissolve, dando lugar a uma concepção de linguagem como um complexo que envolve elementos do contexto, convenções de uso e intenções do falante... [A] investigação filosófica da linguagem deve realizar-se com base não em uma *teoria do significado*, mas em uma *teoria da ação* (Souza Filho, 1990: 11, itálicos do autor).

É justamente a dimensão de ato de linguagem que indicamos aqui como a mais adequada para discutir questões na área da tradução. Não faz sentido analisar situações de tradução sem levar em conta o contexto maior em que a ação tradutória se dá. Segundo Rajagopalan,

o ato ilocucionário é irredutível a uma taxonomia estrita porque é “genuinamente êmico” (1992b: 116), ou seja, um elemento cuja unidade se explica apenas em termos de exclusão e não de positividade, ou, ainda em outra formulação, os atos ilocucionários são “unidades de análise indissolivelmente culturais, compreensíveis tão-somente enquanto fatos institucionais, específicos de cada comunidade de fala” (Rajagopalan, 1992b: 120). De forma semelhante, os atos de tradução assim analisados apresentarão certo caráter indócil à generalização.

Uma peça tecida com retalhos não idênticos será irregular. As próprias formas de análise tendem a variar segundo os casos analisados, já que não há esquema pré-definido para abordar cada caso uniformemente. Nesse aspecto, também, este trabalho se alinha ao trabalho de Austin, que filosofa com o buril. O *estilo* de Austin chamou e ainda chama a atenção da maioria dos seus leitores, que, de uma forma ou de outra, esperariam um tom mais formal, e uma argumentação mais norteada. O fato de *How to do things with words* ter sido publicado postumamente, sendo fruto de uma compilação das anotações do autor, auxiliada pelas notas e observações das pessoas que assistiram às conferências, pode dar uma falsa impressão de que, tivesse Austin vivido um pouco mais, com certeza teria organizado melhor suas ideias, redigindo-as em um formato mais adequado para a sua leitura e veiculação.

No entanto, o próprio Austin afirmou que as ideias que expôs ao longo das famosas conferências de 1955 em Harvard haviam se formado em 1939 (Rajagopalan, 2000a: 364). Ao que tudo indica, ele não tinha em seu horizonte o objetivo de *sistematizar* suas elucubrações teóricas. Talvez porque sistematizar implique necessariamente simplificar, tendência filosófica contra a qual Austin se manifestou várias vezes. A terceira conferência termina com esta advertência bastante irônica: “Devemos evitar a todo custo a simplificação excessiva, que poderia ser considerada doença profissional dos filósofos, não fosse ela própria sua profissão” (1990: 46, tradução de Souza Filho). Essa preocupação de Austin também é destacada por Gilles Lane (1970: 8-10, 20) e Danilo Marcondes de Souza Filho (1990: 9-10).

A título de exemplo, cito um trecho da 3ª Conferência, em que Austin começa a discutir normas para a definição de um performativo

e enuncia a norma A.I., segundo a qual, “deve existir um procedimento convencionalmente aceito que produz um efeito convencional, tal procedimento devendo incluir o proferimento de determinadas palavras, por determinadas pessoas, em determinadas circunstâncias” (Austin, 1990: 39, tradução de Souza Filho); ou seja, para que o ato de fala *Eu te batizo...* tenha sucesso, ele deve ser proferido da forma como as pessoas convencionaram que deve ser a forma correta, empregando as palavras consideradas adequadas, que devem ainda ser ditas por uma pessoa convencionalmente investida de autoridade para tal. Ato contínuo, Austin começa a minar a certeza em relação às bases que ele mesmo lançou, chegando a pôr em xeque os próprios termos por ele empregados:

Nossa formulação desta regra contém as palavras “existir” e “aceito”, mas poderíamos com razão perguntar não só se “existir” pode ter algum sentido que não seja o de “ser aceito”, como também se “estar (em geral) em uso” não deveria ser preferível a essas duas palavras. Se assim for, não mais deveríamos dizer “(I) existir, (II) ser aceito”. Por força de tal objeção, examinemos esta questão no que diz respeito à palavra “aceito” (Austin, 1990: 39, tradução de Souza Filho).

E parte então para desmanchar o tecido que acabou de tramar, como uma espécie de Penélope metafísica que não deseja chegar ao fim de sua empreitada. Para encerrarmos os exemplos, trago apenas mais uma ocasião em que Austin põe em xeque seus próprios termos. Depois de ter proposto, em várias ocasiões, que o ato de fala, o performativo, define-se pela ocasião em que *dizer algo é fazer algo*, Austin faz uma advertência:

Talvez alguns esclarecimentos e definições aqui possam nos ajudar a sair desse emaranhado. Afinal, ‘fazer algo’ é uma expressão muito vaga. Quando fazemos um proferimento qualquer, não estamos ‘fazendo algo’? (Austin, 1990: 82, tradução de Souza Filho).

E assim, tecendo conjecturas e desfazendo emaranhados, Austin constrói uma investigação que se aperfeiçoa e se modifica, que se forma e se desconstrói, sem que tenhamos o vislumbre de um final objetivo.

Em seu estudo sobre a obra de Austin, Douglas Robinson faz uma pertinente analogia entre o modo como o filósofo britânico constrói sua argumentação e o conceito de *famílias* proposto por Ludwig Wittgenstein em *Investigações Filosóficas*.¹⁴ Enumerando vários tipos de jogos, Wittgenstein acaba mostrando que não há um traço comum entre todos eles (nos termos de Rajagopalan, eles não constituiriam uma *classe* no sentido matemático do termo (1992a: 94)), mas que há entre eles semelhanças, traços que se repetem ou não, o que o leva a pensar em “semelhanças de famílias”. Robinson indica que, da mesma forma que a abordagem da linguagem feita por Wittgenstein, com seu final aberto e inconclusivo, deve ter incomodado os linguistas que ele [Robinson] chama de constativos, as formulações de Austin também devem ter incomodado seus leitores. Outra semelhança apontada por Robinson entre os dois filósofos se encontra na afirmação de Wittgenstein, segundo a qual, “o significado de uma palavra é seu uso na linguagem” (Robinson, 2003: 29). Outros autores também notaram a convergência entre o pensamento de Wittgenstein e Austin, no sentido de ambos se dedicarem a evidenciar as inadequações da visão filosófica tradicional da linguagem (Rajagopalan, 1992a: 112; 2000a: 351, 359, 376), em relação ao fato de ambos considerarem a imprecisão da linguagem não como algo que se deva lamentar, mas

14. “Considere, por exemplo, os processos que chamamos de ‘jogos’. Refiro-me a jogos de tabuleiro, de cartas, de bola, torneios esportivos, etc. O que é comum a todos eles? Não diga “algo deve ser comum a todos eles, senão não se chamariam ‘jogos’”, – mas veja se algo é comum a eles todos. – Pois, se você os contempla, não verá na verdade algo que fosse comum a todos, mas verá semelhanças, parentescos e até toda uma série deles. Como disse: não pense, mas veja! – Considere, por exemplo, jogos de tabuleiro, com seus múltiplos parentescos. Agora passe para os jogos de cartas: aqui você encontra muitas correspondências com aqueles da primeira classe, mas muitos traços comuns desaparecem e outros surgem. Se passarmos agora aos jogos de bola, muita coisa comum se conserva, mas muitas se perdem.

– São todos ‘recreativos’? Compare o xadrez com o jogo de amarelinha. Ou há em todos um ganhar e um perder, ou uma concorrência entre os jogadores? Pense nas paciências. Nos jogos de bola há um ganhar e um perder; mas se uma criança atira a bola na parede e a apanha outra vez, esse traço desapareceu. Veja que papéis desempenham a habilidade e a sorte. E como é diferente a habilidade no xadrez e no tênis. Pense agora nos brinquedos de roda: o elemento de divertimento está presente, mas quantos dos outros traços característicos desapareceram! E podemos percorrer muitos, muitos outros grupos de jogos e ver semelhanças surgirem e desaparecerem.

E tal é o resultado dessa consideração: vemos uma rede complicada de semelhanças, que se envolvem e se cruzam mutuamente. Semelhanças de conjunto e de pormenor” (Wittgenstein, 2000: 52).

como um traço importante e essencial a ela (Lane, 1970: 12-13), e de ambos se debruçarem sobre a linguagem ordinária, sobre a linguagem em uso (Heil, 1999: 635; Potter, 2001: 40; Souza Filho, 1990: 8). Austin, ao que parece, não se julgava um seguidor de Wittgenstein, embora discutisse suas obras.¹⁵

Para este trabalho, são essas semelhanças de abordagem que mais interessam. Influenciado diretamente por Wittgenstein ou não, Austin chega a propor, em sua última conferência, a noção de *famílias de performativos*¹⁶ para substituir um limite preciso entre tipos de performativos:

Dissemos, há bastante tempo atrás, que necessitávamos de uma lista de “verbos performativos explícitos”, mas à luz da teoria mais geral vemos agora que o que precisamos é uma lista das *forças ilocucionárias* de um proferimento. A velha distinção, contudo, entre performativos *primários* e performativos *explícitos* sobreviverá à transição fundamental de uma distinção entre performativos e constatativos para a teoria dos atos de fala... O que *não* sobreviverá à transição, exceto talvez como um caso marginal limite, é a noção da pureza dos performativos. Isso em nada nos deve surpreender, pois essa noção nos criou dificuldades desde o início. Ela se baseava, essencialmente, na crença na dicotomia performativos/constatativos, que, como já vimos, tem que ser substituída pela ideia de que há *famílias* mais gerais de atos de fala relacionados e sobrepostos parcialmente, que são, precisamente, os que agora tentaremos classificar (Austin, 1990: 122, tradução de Souza Filho).

Pois bem: essa noção de elementos de uma *família*, que guardam semelhanças entre si, mas nem sempre as mesmas semelhanças, é uma noção útil para pensarmos as várias formas de tradução. Assim como, à primeira vista, parece fácil identificar um ato de fala performativo – que seria classificado como o enunciado que, quando pronunciado, realiza uma ação – também parece simples e até intuitivo definir o que é tradução – que consistiria em reformular numa língua B

15. Segundo George Pitcher, biógrafo de Austin, o filósofo britânico discutia as *Investigações Filosóficas* antes do início de suas sessões matinais de sábado. Pitcher relata que, nessas ocasiões, Austin costumava dizer “Let’s see what Wittgenstein has to say about that”. (Cf. Rajagopalan, 2000a: 376; Potter, 2001: 43).

16. Como bem indicou Rajagopalan (2000a: 376).

um enunciado produzido numa língua A. Entretanto, quando passamos a examinar as famílias de atos de fala mais de perto, logo percebemos que uma classificação estrita é muito difícil, e que logo surge um caso novo para demolir a tentativa de agrupamento. No caso da tradução e de suas variantes (adaptação, reescrita, recriação, etc.) acontece algo bastante semelhante: as tentativas de separar, por exemplo, o grupo das traduções do grupo das adaptações é uma tarefa ingrata. Pode-se em princípio estabelecer um parâmetro (por exemplo, considerarmos adaptações as reescritas que se destinam a um público diferente do público a que se destinava o texto-fonte), e indicar um caso típico (por exemplo, *As viagens de Gulliver* como redigido por Jonathan Swift no século XVIII, e a adaptação infantil, que em geral só narra uma ou duas das quatro viagens).

Mesmo no “exemplo típico”, a classificação começa a causar problemas: em que medida uma tradução de *Gulliver's Travels* para o português do Brasil, que incluísse todas as quatro viagens e recuperasse no texto brasileiro a ironia de Swift não seria uma adaptação, já que o público brasileiro no século XXI é muito diferente do público britânico do século XVIII? Qual é a diferença maior: aquela entre crianças e adultos brasileiros do século XXI ou aquela entre um público britânico no século XVIII e um público brasileiro no século XXI? E o que dizer do caso da adaptação de *Gulliver's Travels* para o público infantil em inglês? Poderíamos considerá-la também uma tradução? Nos termos de Jakobson (1974: 64-65), certamente que sim; teríamos uma tradução intralingual. Mas que benefícios traz a divisão que Jakobson propõe para a tradução em três categorias, a intralingual, a intersemiótica e a interlingual?

Derrida foi certo em apontar que, ao propor essa divisão tripartite e classificar a tradução interlingual como “tradução propriamente dita”, Jakobson (1974: 65), no mesmo gesto, eximiu-se de dizer o que é tradução. Derrida sugere (1985: 174-5) que Jakobson julgou que todos entenderiam o que é “tradução propriamente dita”, assim como nós podemos julgar simples definir um ato de fala. Mas, mergulhando um pouco mais fundo na questão, logo pensamos: qual é a tradução que *não* é uma adaptação? E quando é que uma adaptação *não* é uma tradução?

Mais recentemente, propostas de renomeação da tradução têm tentado resolver esse problema de indefinição, mas esse movimento aponta invariavelmente no sentido de uma expansão dos limites da tradução para abranger outras formas “irmãs”, que pertenceriam à mesma família. Assim se dá com o conceito de tradução como *refração* (em oposição a reflexão, como em um espelho) proposto por André Lefevere (1981; 1982). Para dar conta do processo de tradução, Lefevere também propõe outros termos como *manipulação* e *reescrita* (Cf.: Rodrigues 2000: 103-13). Esses termos, que ampliam o campo da tradução, foram adotados por vários estudiosos da relativamente nova disciplina chamada *Translation Studies*.

Desde a década de 1970 se ensaiava a definição de uma área de estudos, uma interdisciplina, que considerasse a tradução em termos novos, com fortes influências da sociologia e da história, entre outros campos de conhecimento. Uma das primeiras vozes a reivindicar um novo espaço e uma nova abordagem para a tradução foi a de James Holmes que, em 1975, publicou “The name and nature of translation studies”, um artigo em forma de manifesto que lançava as bases para uma nova “ciência” da tradução, que teria diferentes vertentes: uma dedicada à “pesquisa pura” – teoria e descrição – e uma dedicada à pesquisa aplicada – treinamento e crítica (Cf.: Venuti, 2004: 150). Na esteira da ideia de Holmes, André Lefevere propôs em 1978, em um apêndice à publicação dos trabalhos apresentados em um histórico colóquio realizado na Catholique Université de Louvain (Bélgica) em 1976, o texto “Translation Studies: the goal of the discipline”, em que argumenta que o nome *Translation Studies* deveria ser adotado para uma disciplina que se ocupa dos “problemas suscitados pela produção e pela descrição de traduções” (Cf.: Bassnett, 2003: 11).

Ao longo dos anos a disciplina foi se consolidando e tomando várias vertentes. Rosemary Arrojo (1998: 423-54) indica como Holmes, nesse primeiro momento, estava ainda bastante comprometido com uma visão “científica” dos Estudos da Tradução. A proposta de Holmes, apesar de distinta de pesquisas anteriores fortemente embasadas na linguística – por exemplo as de George Mounin, J. C. Catford e Eugene Nida –, ancora-se em modelos científicos, como se pode ver pela distinção entre pesquisa “pura” e pesquisa “aplicada”. No Leste Europeu também se verificou o surgimento de uma investigação da

tradução com bases científicas, impulsionada pelos primeiros experimentos com a tradução automática (Cf.: Bassnett, 2003: 15).

Frustradas essas expectativas, os Estudos da Tradução vão gradativamente se acomodando em áreas menos comprometidas com uma ciência estrita. Em 1990, em sua abertura à coletânea *Translation, history and culture*, André Lefevere e Susan Bassnett argumentam sobre a inadequação de um modelo científico que tente estabelecer regras e parâmetros rigorosos:

O problema com os parâmetros, ao que parece, é que eles acabam revelando não ser nem eternos nem imutáveis. A maioria das pessoas que escrevem sobre tradução e que têm por área de origem a linguística parece incapaz de enfrentar isso, provavelmente porque elas estão (ainda) presas aos aspectos mais positivistas da Linguística (Lefevere & Bassnett, 1990: 3).¹⁷

Esses próprios autores dão a essa postura de afastamento em relação aos modelos científicos o nome de “virada cultural” nos Estudos da Tradução, que agora deveriam, propõem eles, dedicar-se a abordagens mais sociológicas e históricas. Em sua contribuição ao mesmo volume, Mary Snell-Hornby (1990), após apresentar um quadro dos estudos dedicados à tradução na Alemanha, em que duas áreas se insinuam: uma de base linguística, voltada para textos técnicos ou de linguagem comum, e concentrada no treinamento de tradutores; outra, voltada para textos literários e filiada à literatura comparada, propõe uma abordagem integrada, de base culturalista. Os linguistas devem abandonar sua atitude “cientificista” e passar a considerar a cultura como unidade de estudo da tradução, ao passo que os estudiosos da tradução literária devem se valer de métodos e conceitos utilizados pelos linguistas para melhorar seus meios de análise:

Eu afirmaria que uma abordagem integrada da tradução não apenas é possível, mas que ela chega mesmo a ser essencial para que os Estudos da Tradução se estabeleçam como disciplina independente, no lugar de duas subdisciplinas separadas, pertencentes às duas áreas diferentes

17. The trouble with standards, it would seem, is that they turn out not to be eternal and unchanging after all. Most writers on translators who come to the subject from linguistics appear to be unable to face this, probably because they are (still) caught up in the more positivistic aspects of linguistics. (Tradução minha).

de linguística aplicada e crítica literária. Em um estudo recente [...] tentei mostrar que de fato existem conceitos e métodos linguísticos – que, recebendo uma interpretação pouco dogmática e bastante flexível – podem ser usados para vários tipos de texto... (Snell-Hornby, 1990: 85).¹⁸

Atualmente, mais de 20 anos passados da publicação de André Lefevere e Susan Bassnett, pode-se dizer que de fato a disciplina ganhou bastante força e visibilidade. Entretanto, ainda em muitos casos, tanto no Brasil quanto no exterior, ela continua vinculada a outras disciplinas, e a lacuna entre as “duas subdisciplinas separadas” ainda se observa. Por outro lado, é notável o aumento de publicações acadêmicas totalmente voltadas para a tradução, tanto no Brasil quanto em outros países, o que atesta o fortalecimento dos Estudos da Tradução como uma disciplina – ou interdisciplina, como querem alguns – relativamente independente.

Essa expansão e essa consolidação do campo de estudo da tradução foi possível graças justamente a uma flexibilização dos conceitos em torno da tradução. A abordagem dos polissistemas, por exemplo, representada por autores como Itamar Even-Zohar e Gideon Toury, com sua franca preferência pela análise e observação da cultura-alvo, teve grande importância nesse desenvolvimento. Essa teria sido, na opinião de Susan Bassnett, uma ponte sobre a lacuna existente entre os estudos linguísticos e os literários apontada por Snell-Hornby (Bassnett, 2003: 7). A teoria dos polissistemas trabalha com o conceito de normas, que seriam específicas de cada comunidade ou grupo de comunidades. A partir das normas, julgou-se que seria possível prever as condições nas quais as traduções poderiam acontecer e que tipo de estratégias os tradutores poderiam empregar (Bassnett, 2003: 7; Cf.: Toury, 1995). Isso leva à proposta dos *Descriptive translation studies* – *DST*, os Estudos Descritivos da Tradução que se opõem aos

18. I would maintain that an integrated approach to translation is not only possible, but that it is even essential if translation studies is to establish itself as an independent discipline, as against two separate sub-disciplines of the two different subjects applied linguistics and literary criticism. In a recent study [...] I have tried to show that there are indeed linguistic concepts and methods which – given an undogmatic and flexible interpretation – can be used for varying types of text... (Tradução minha).

estudos *prescritivos*, que corresponderiam a abordagens que ditam modos de bem traduzir.

Mary Snell-Hornby traz uma importante contribuição para a construção dessa história quando cita autores do Leste Europeu que em geral ficam esquecidos pelos estudos realizados em língua inglesa. Snell-Hornby fala de um *pragmatic turn*, uma virada pragmática nos Estudos da Tradução, que teria começado com Austin (que se distanciaria das abordagens científicas inspiradas em Chomsky) e se desenvolvido depois na contribuição de vários autores, como o linguista romeno Eugenio Coseriu, o eslovaco Jiri Levý, o suíço Ernst Leisi e também na de nomes mais conhecidos como Charles Fillmore e M. A. K. Halliday e Beaugrande e Dressler (Snell-Hornby, 2006: 36-40).

Não é o intuito deste trabalho apresentar um panorama completo dos desenvolvimentos ocorridos na área dos Estudos da Tradução nas últimas décadas. Basta sublinhar que a área ganhou força e se diversificou bastante, expandindo os limites do que se considera ser tradução. Maria Tymoczko faz uma recapitulação desse movimento de ampliação de horizontes ao apresentar várias concepções de tradução em diferentes épocas e culturas.

Como foi antes comentado, definir a tradução pode à primeira vista parecer fácil. Os ingredientes são uma mensagem, duas línguas e uma reformulação. Partindo dessa mesma linha de raciocínio, Tymoczko questiona esses “ingredientes” básicos, e logo percebemos que não é tão simples assim definir língua, ou texto, ou a própria reformulação (Tymoczko, 2007: 54-6). A autora indica como o conceito de tradução está, na cultura ocidental, intimamente ligado à tradução da Bíblia (2007: 57). Em seguida argumenta que o que se julga ser uma boa tradução varia de uma época para outra, e também entre as culturas (2007: 58). Mais adiante, Tymoczko apresenta várias conceituações de tradução originárias de culturas orientais, e explora o étimo e as acepções de termos relativos ao conceito de tradução em línguas indianas, árabes, chinesas, africanas e malaio-polinésias (Tymoczko, 2007: 68-75).

Esses exemplos todos vão tornando cada vez mais evidente o fato de que o conceito de tradução – e o próprio conceito de língua, de reprodução e de mensagem são culturalmente determinados, e não há

um traço universal que esteja presente em todas as ocorrências do que se pode classificar como tradução. Retomando um termo usado por Rajagopalan e já comentado aqui anteriormente, a tradução também é uma entidade “êmica”, que se define em relação ao seu meio e às suas contingências, não podendo ser definida “no vácuo”: é necessário considerar as práticas sociais envolvidas no uso do termo em cada contexto específico. É preciso levar em consideração cada língua em seu funcionamento. Não existe um traço “supralinguístico” ou “supracultural” que esteja presente em todas as atividades que poderíamos classificar como *tradução*. Ou, na formulação de Tymoczko:

Permitam-me enfatizar as implicações que resultam para a teoria da tradução quando há uma tentativa de definir *tradução: *não existem condições necessárias e suficientes que possam identificar todas as traduções e que ao mesmo tempo excluam todas as não-traduções através do tempo e do espaço*. Em parte, isso acontece porque diferentes culturas têm critérios diferentes e até contraditórios para a tradução como um processo e para as traduções como produtos; além disso, as culturas também têm critérios diferentes e até contraditórios para distinguir as línguas e para construir textos (Tymoczko, 2007: 78).¹⁹

A eleição da teoria dos atos de fala de J. L. Austin como melhor modelo de teorização para a tradução se justifica por dois principais motivos: 1) pela convicção de que, quando alguém realiza uma tradução, está ao mesmo tempo realizando um ato, ou seja, pela convicção do caráter performativo das traduções; e 2) pelo modo como Austin faz sua teorização, tentativamente, construindo hipóteses e depois minando as próprias bases, entregando-se à inconstância e à irregularidade da linguagem, em vez de varrer essas características para debaixo do tapete.

Uma discussão sobre tradução pode ser muito proveitosa se essa inconstância e essa irregularidade forem levadas em conta, pois são

19. Let me emphasize the implications that follow for translation theory in defining *translation: *there are no necessary and sufficient conditions that can identify all translations and that at the same time exclude all non-translations across time and space*. In part this is the case because different cultures have had different and even contradictory criteria for translation as a process and for translations as products; moreover, cultures also have different and even contradictory criteria for distinguishing languages and for constructing texts. (Tradução minha e itálicos da autora).

esses traços que conferem a cada língua uma dimensão de singularidade e irreducibilidade a outras línguas, dimensão essa que é o objeto por excelência da teoria e da prática da tradução.

Recebido em outubro de 2013

Aprovado em janeiro de 2015

E-mail: lenitaesteves @usp.br

Referências bibliográficas

- ARROJO, Rosemary. 1998. Os Estudos da Tradução como área de pesquisa independente: dilemas e ilusões de uma disciplina em (des)construção. *D.E.L.T.A* **14/12**: 423-454 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501998000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso feito em 25/10/2013.
- AUSTIN, John Langshaw. 1975. *How to do things with words*. Cambridge: Harvard University Press.
- _____. 1970. *Quand dire, c'est faire: How to do things with words*. Introdução, tradução e comentários de Gilles Lane. Paris: Éditions du Seuil,
- _____. 1990. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Tradução e apresentação de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas.
- BANDIA, Paul. 2008. *Translation as reparation*. Manchester & Kinderhook: St. Jerome.
- BASSNETT, Susan. 2003. *Translation studies*, 3 ed. London/ New York: Routledge.
- DERRIDA, Jacques. 1985. Roundtable on translation. In: Christie McDonald. Ed. *The ear of the other: Otobiography, transference, translation*. Texts and discussions with Jacques Derrida. Tradução de Peggy Kamuf. New York: Schocken Books.
- _____. 1986. Assinatura acontecimento contexto. In: *Margens da filosofia*. Tradução de Joaquim Torres Costa e António M. Magalhães Porto: Rés.
- FELMAN, Shoshana. 2003. *The scandal of the speaking body: Don Juan with J. L. Austin, or seduction in two languages*. Tradução de Catherine Porter. Stanford: Stanford University Press.
- HATIM, Basil & MASON, Ian. 1990. *Discourse and the translator*. London/ New York: Longman.

- HOLMES, James. [1975] 2004. The name and nature of translation studies. In: Lawrence Venuti (ed.). *The translation studies reader*. 2e. London/ New York: Routledge.
- JAKOBSON, Roman. 1974. Aspectos linguísticos da tradução. In: *Linguística e comunicação*. Tradução de Isidoro Blikstein & José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix.
- LANE, Gilles. 1970. Introduction. In: John Langshaw Austin. *Quand dire, c'est faire: How to do things with words*. Introdução, tradução e comentários de Gilles Lane. Paris: Éditions du Seuil.
- LEFEVERE, Andre. 1981. Translated literature: towards in integrated theory. *The Bulletin of the Modern Midwest Modern Language Association*. **4/1**: 68-78.
- _____. 1982. Mother Courage's cucumbers: text, system and refraction in a theory of literature. *Modern Language Studies*. **12/4**: 3-20.
- LEFEVERE, Andre & BASSNETT, Susan. 1990. Proust's grandmother and the thousand and one nights: the 'cultural turn' in translation studies. In: Andre Lefevere & Susan Bassnett (eds.). *Translation, history and culture*. London: Cassell.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. 1992a. A irredutibilidade do ato ilocucionário como fator inibidor do êxito das tentativas taxonômicas. *D.E.L.T.A.* **8/1**: 91-133.
- _____. 1992a. A insustentável seriedade da leveza. Uma análise desconstrutivista do humor e J. L. Austin. *D.E.L.T.A.* **8/2**: 291
- _____. 2000a. On Searle [On Austin] on language. *Language and Communication*. **20**: 374-391.
- _____. 2000b. Schrempf's interpretation of Oring's 'incongruity theory' of humor. *Humor*. **13/3**: 287-311.
- ROBINSON, Douglas. 1991: *The translator's turn*. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press.
- _____. 2003. *Performative linguistics. Speaking and translating as doing things with words*. London: Routledge.
- RODRIGUES, Cristina Carneiro. 2000. *Tradução e diferença*. São Paulo: Editora da UNESP.
- SNELL-HORNBY, Mary. 1990. Linguistic transcoding or cultural transfer: a critique of translation theory in Germany. In: Andre Lefevere & Susan Bassnett (eds.). *Translation, history and culture*. London: Cassell.
- _____. 2006. *The turns in translation studies*. New paradigms or shifting viewpoints? Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- SOUZA FILHO, Danilo Marcondes. 1990. Apresentação – A filosofia da linguagem de J. L. Austin. In: *Quando dizer é fazer: palavras e ação*.

Tradução e apresentação de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas.

STEINER, George. 1998. *After Babel: aspects of language and translation*. 3 ed. Oxford/New York: Oxford University Press.

TOURY, Gideon. 1995. *Descriptive translation studies and beyond*. Amsterdam: John Benjamins.

TYMOCZKO, Maria. 1999. *Translation in a post-colonial context*. Manchester: St. Jerome.

_____. 2007. *Enlarging translations, empowering translators*. Manchester/ Kinderhook: St. Jerome.

VENUTI, Lawrence. 2004. 1960's-1970's. In: Lawrence Venuti (ed.). *The translation studies reader*. 2 ed. London/New York: Routledge.

WITTGENSTEIN, Ludwig. 2000. *Investigações filosóficas*. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultural.